

Interpretações sobre a
Revolução de 1930: história e
historiografia

Interpretations about the
1930 Revolution: history and
historiography

André Barbosa Fraga¹

Mayra Coan Lago²

Thiago Mourelle³



Resumo: A Revolução de 1930 foi um movimento político-militar heterogêneo que encerrou a Primeira República (1889-1930) e levou Getúlio Vargas ao poder. Esse evento histórico gerou diversas leituras tanto de contemporâneos a ele quanto de especialistas brasileiros posteriores a tal acontecimento, sobretudo historiadores e cientistas sociais. O presente artigo tem como objetivo mapear e apresentar, em linhas gerais, as principais interpretações a respeito da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos. Sendo assim, espera-se contribuir para sistematizar as visões memorialísticas e historiográficas sobre 1930. **Palavras-chave:** Revolução de 1930; Getúlio Vargas; interpretações; historiografia.

Abstract: The 1930 Revolution was a heterogeneous political-military movement that ended the First Republic (1889-1930) and brought Getúlio Vargas to power. From the 1930s to the present day, the 1930 movement has generated different readings and interpretations from contemporaries and Brazilian specialists, especially historians and social scientists. Our objective is to show, in general lines, some of the main interpretations and analyzes of contemporaries and specialists about 1930 and its consequences. In this way, we hope to contribute to the systematization of 1930's interpretations. **Keywords:** 1930 Revolution; Getúlio Vargas; interpretations; historiography.



Introdução

A Revolução de 1930⁴ foi um movimento político-militar que encerrou a Primeira República (1889-1930) e levou Getúlio Vargas ao poder. Esse evento histórico recebeu apoio de grupos heterogêneos, como militares, liberais-democratas, líderes de esquerda e de direita. Tal cooperação plural deu força para a empreitada alcançar êxito, mas gerou dificuldades de consenso sobre os primeiros passos do novo governo estabelecido em 1930 e insatisfações de antigos participantes e apoiadores nos anos subsequentes, algo que pode ser notado especialmente quando se observam alguns dos nomes que compuseram movimentos contrários ao governo de Getúlio Vargas, como a revolta de 1932 e a Aliança Nacional Libertadora.

A Revolução de 1930 é um marco na história do Brasil, tendo distintas interpretações desde a sua deflagração até os dias atuais. A efeméride vem motivando uma série de eventos e uma vasta produção acadêmica, entre outros especialistas, de historiadores, sociólogos e cientistas políticos, que desenvolveram diferentes leituras, debates e revisões sobre tal acontecimento. De modo geral, essas interpretações têm refletido a respeito da relação entre Estado e sociedade, da “natureza” e da nomenclatura do movimento (golpe ou revolução), das composições e das motivações para a sua conformação, das rupturas, continuidades e transformações no Brasil e dos desdobramentos da Revolução de 1930 para a escrita da História e da memória sobre o período, além de estudos com foco nos principais personagens envolvidos.

Desde o final do século XX, alguns autores têm procurado refletir a respeito das principais interpretações da Revolução de 1930 em textos acadêmicos (BORGES, 1998; BORGES, 1999; FENELON, 1981; SANDES, 2010). Essas produções contribuíram para a sistematização das mais significativas concepções acerca de 1930, bem como para a compreensão da pluralidade e heterogeneidade de leituras sobre o movimento. Boa parte das referidas produções tratou mais de análises de especialistas, deixando de lado a visão dos contemporâneos à Revolução de 1930. Além disso, esses autores tiveram uma maior preocupação, em geral, de analisar as visões acerca da “natureza” de 1930 presentes na historiografia, especialmente sobre a ideia de Revolução.

A finalidade desta pesquisa é mapear e apresentar, em linhas gerais, as principais concepções de contemporâneos e de especialistas sobre o movimento de 1930 e seus desdobramentos, para além das preocupações dos autores que procuraram sistematizar as interpretações mencionadas anteriormente. A fim



de lograr o objetivo, o artigo foi dividido em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, reuniram-se discursos, entrevistas e publicações de personagens que vivenciaram a Revolução de 1930, mostrando-se favoráveis ou desfavoráveis ao governo instituído em decorrência dela. Ou seja, alguns deles foram apoiadores e/ou participantes do movimento de tomada do poder; outros não aderiram ou, se fizeram parte inicial do movimento, depois se tornaram críticos da autointitulada revolução. Na segunda parte, reuniram-se artigos e livros de especialistas brasileiros, sobretudo historiadores e cientistas sociais, consagrados por suas contribuições acerca do movimento e das consequências dele. Sendo assim, espera-se colaborar para sistematizar as visões memorialísticas e historiográficas sobre 1930.

Interpretações da Revolução de 1930 por seus contemporâneos

Diversos personagens contemporâneos à Revolução de 1930, favoráveis ou desfavoráveis ao governo então recém-instituído, compartilharam suas percepções acerca de tal movimento em discursos, entrevistas e publicações. Alguns relatos foram tecidos logo após a Revolução, os quais ponderavam sobre o sentido e os rumos dela. Já outros, elaborados décadas depois, refletiam a respeito daquele evento e de seus desdobramentos.

Entre os personagens favoráveis ao movimento, figura Pedro Ernesto Batista, um dos líderes da Revolução de 1930 na então capital, Rio de Janeiro (RJ), e membro do “Gabinete Negro”, que ajudou Vargas nas primeiras decisões após a chegada ao poder. Em um de seus discursos, sem data certa – provavelmente entre 1931 e 1934 –, por ocasião da inauguração de uma obra, quando era interventor do Distrito Federal, referiu-se da seguinte maneira às motivações e rumos dos eventos de 1930:

Esse imenso movimento de revolta que sacudiu o país, em 1930, foi, todos bem o sabemos, mais a expressão da indignação do Brasil contra os erros e mistificações do regime político em que vivemos, do que a impetuosa e violenta imposição de uma nova ideologia ou uma nova teoria política.

Por isso mesmo, tornou-se praticamente impossível construir um programa de bases ideológicas renovadas para o período discricionário apesar das inúmeras tentativas dos revolucionários.



Seria, entretanto, inexato afirmar-se que os anseios e aspirações revolucionárias não eram suscetíveis de nenhuma concretização prática. A ausência de lastro ideológico para a construção teórica de um Estado revolucionário, não queria dizer que faltasse à revolução todo e qualquer rumo. Esses rumos se afirmavam pela imposição imperiosa da mais escrupulosa probidade administrativa, por uma sede desesperada de justiça, pelo reconhecimento vitorioso da igualdade de todos os brasileiros, e por uma expectativa angustiosa de serviços públicos que ao Estado cabia prover, para o bem-estar da coletividade (CPDOC-FGV, [19--]).

O Estado, nas palavras de Pedro Ernesto, é retratado como provedor. Os anos ditos pós-revolucionários estavam sendo apresentados como uma nova era, em que a violência contra os trabalhadores seria substituída pelo discurso de “bem-estar da coletividade”. Além disso, o trecho, destacado aqui, mostra que não houve, pelo menos inicialmente, no processo de tomada do poder, o consenso para a realização ou a definição de quais seriam as mudanças estruturais. Portanto, parte de sua fala revela a heterogeneidade dos revolucionários.⁵

A “nova era”, anunciada por Pedro Ernesto, também foi amplamente mencionada por Lindolfo Collor, jornalista e político sul-rio-grandense, destacado articulador da Aliança Liberal que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930, redator do manifesto da Aliança e participante do movimento no sul do país. Embora ele tivesse tido algumas dissensões com Getúlio Vargas a respeito dos possíveis resultados da chegada ao poder por meio de uma revolução em 1930 (BARBOSA, 2016), após a tomada do poder, foi designado, em dezembro de 1930, como responsável pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), exercendo tal cargo até 1932.

A partir do comumente chamado “Ministério da Revolução”, Collor proferiu uma série de palestras e entrevistas nas quais os “novos tempos”, especialmente no que se refere às questões sociais e trabalhistas, eram descritos. Entre os diversos momentos em que a distinção entre o “velho” e o “novo” foi demarcada pelo ministro, é possível citar o trecho de uma entrevista concedida, em abril de 1931, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo tema era “Interesses econômicos e sociais brasileiros”:

(...) A Revolução vitoriosa trouxe as questões sociais do Brasil do



fundo das enxovias policiais e das “geladeiras” para o pleno ar da discussão e das reivindicações de classes. O trabalhador brasileiro (custa-nos a confissão mas ella se impõe porque é a expressão da verdade) é ainda um dos mais desprezados do mundo. Até hoje, pode-se dizer que ele não tinha direitos: tinha deveres, e, quando pretendia fazer valer os seus direitos, ahí saltava do fundo de uma synagoga de hipocrisia a argumentação dos fariseus, a demonstrar que o operariado brasileiro era dos mais bem aquinhoados e que todas as suas reivindicações não tinham sentido real porque a munificência dos que dão trabalho já havia, de modo próprio, cogitado de propiciar remédio dos aflitos (ENTREVISTA..., 1931, p. 4).

Na passagem destacada, observa-se a demarcação da “nova era”, que, segundo o ministro do MTIC, seria composta pela conciliação de classes mediada pelo Estado e pela presença dos direitos do trabalhador, especialmente por sua importância para o projeto de desenvolvimento político, econômico e social do país. Assim, de acordo com o ministro, a Revolução de 1930 promoveu profundas alterações no trato da questão social, especialmente no que se refere ao reconhecimento das entidades sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados e da regulamentação da jornada diária de trabalho e do trabalho feminino e infantil.

Além de Pedro Ernesto e Lindolfo Collor, outro personagem contemporâneo ao movimento, que teceu comentários a respeito dele, foi Oswaldo Aranha, advogado, político e diplomata gaúcho que se tornou um dos líderes da Revolução de 1930, inclusive conclamando, em outubro de 1930, os brasileiros de outros estados, na Rádio Sociedade Gaúcha, a se unirem ao movimento insurrecional pouco antes da deposição de Washington Luiz por uma junta militar.⁶ Com a vitória da Revolução, assumiu o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores e, posteriormente, da Fazenda. Em seu discurso de despedida do cargo de Ministro da Justiça, em dezembro 1931, também assinalou o significado da “Revolução” para o Brasil:

(...) A Revolução foi articulada por poucos, que só acreditavam nas soluções revolucionárias e foi entregue, uma vez vitoriosa, a quase todos os que, então e ainda hoje, só acreditam nas soluções políticas. A Revolução não é apenas a etapa das armas, é, sobretudo, a das ideias e das ações. Assim como fizemos



a revolução contra o poder, tínhamos e temos o dever de fazer a revolução no poder. A capacidade revelada na preparação revolucionária não poderá falhar na hora da organização do país. E não falhou, nem poderá falhar. A obra da Revolução irá para a história como a era da reconstrução moral e material do Brasil. Não é a cegueira dos interesses contrariados, nem o juízo, ainda conturbado pela comoção geral, nem a ansiedade das aspirações políticas, que irão ditar a sentença julgadora da obra revolucionária. As revoluções são mais ou menos iguais. São obras dos homens na luta com outros homens. Divergem, apenas, na ideologia: umas conduzem para a liberdade e outras para a escravidão. É a feição particular ou nacional de um fenômeno geral e universal. A nossa foi liberal. Não poderá ir para a esquerda nem para a direita. Terá que ir para a frente (ARANHA *apud* LIMA, ALMEIDA e FARIAS, 2017, p. 766-767).

O trecho destacado revela as oposições entre o “velho” e o “novo” tempo justificando as intenções da Revolução. Além disso, também demonstra a necessidade de as obras de “reconstrução moral e material do Brasil” continuarem no governo estabelecido por Vargas.

Tais motivações para justificar a deflagração do movimento de 1930 e o governo instaurado em consequência dele também foram apresentadas por autores do pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 e 1930, como Almir Andrade, Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Para os participantes do regime Vargas, 1930 representou a concretização de seus anseios, em especial após a criação da ditadura do Estado Novo (1937-1945), que seria a consagração do projeto de 1930. É comum vermos essa relação direta entre 1930 e 1937 nas publicações editadas pelos órgãos de propaganda existentes ao longo do governo Vargas, tendo sido o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) o mais importante. Almir de Andrade, Oliveira Viana e Azevedo Amaral ocuparam postos importantes no governo, apresentando-se como teóricos fundamentais na defesa da hipertrofia do Poder Executivo que cancelaram a chamada “Democracia Autoritária”, ideia que defendia que os atos de Getúlio Vargas promoveram a justiça social, e que direitos como o voto, por exemplo, não implicariam necessariamente em uma democracia de fato. Além deles, Francisco Campos foi outro intelectual de grande importância, sendo o autor da Constituição de 1937.

Para os citados, a Revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937 significaram



o fim do liberalismo importado de outras realidades nacionais e o encontro do Brasil com a forma de governo que seria mais indicada: a eliminação da democracia liberal e, por conseguinte, do Poder Legislativo; o fortalecimento do poder central, na figura do presidente; e a ação do Estado realizando uma série de transformações políticas, econômicas e sociais de modo a alavancar o desenvolvimento da economia e a incorporação subordinada dos trabalhadores, evitando o conflito de classes e buscando o que chamavam de “harmonia social”. É importante acrescentar que tal visão coadunava com a conjuntura internacional, uma vez que o autoritarismo crescia e se expandia pelo mundo como uma solução para a crise da democracia liberal ocasionada pela Primeira Guerra e aprofundada na Crise de 1929, em um contexto de efervescência social e contestação do capitalismo, em especial por meio dos anarquistas e dos comunistas – estes, fortalecidos com a Revolução Russa de 1917 e, no Brasil, em grau crescente de organização desde a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922.

O carioca Almir de Andrade estudou ciências jurídicas e sociais e dedicou-se, ao longo dos anos de 1930, à advocacia e aos estudos de Filosofia e Psicologia, além de atuar como crítico em revistas literárias. Intelectual, como visto, geralmente incluído na lista de ideólogos do Estado Novo, foi o editor do principal periódico oficial produzido pela ditadura Vargas, a revista *Cultura Política*, publicada pelo DIP entre os anos 1941 e 1945. A maior parte de sua obra, a respeito do regime Vargas, foi escrita para justificar e explicar o Estado Novo. Ao fazê-lo, acabou dispensando referência e elogios também à Revolução de 1930, tida como o movimento de salvação nacional, ao investir em um projeto centralizador para a política contra o modelo liberal e federalista da Primeira República. Focado nos aspectos culturais, a Revolução de 1930 foi considerada por ele como um marco para a definição da originalidade brasileira por trazer para o centro do debate os elementos político-culturais de formação nacional. Antes mesmo de trabalhar para o governo, já anunciava em seu livro *Aspectos da Cultura Brasileira*, publicado em 1938, que “a cultura brasileira despertou para uma vida nova, após a revolução de 1930” (ANDRADE, 1939, p. 7).

Além desses personagens que se tornaram ideólogos dos governos de Vargas, também é possível observarmos a percepção, sobre a Revolução de 1930, de outras figuras influentes no período, como a do jornalista, escritor e político paulista Plínio Salgado. Em 1930, ele concedeu apoio à candidatura de Júlio Prestes, candidato situacionista à presidência da República, contra Vargas. Contudo, após a vitória dos “revolucionários”, Plínio Salgado começou a apoiar



Getúlio. Nesse período, ele redigiu o manifesto da *Liga Revolucionária de São Paulo*. No ano seguinte, em junho de 1931, Plínio Salgado tornou-se o redator do jornal *A Razão* e, em outubro de 1932, fundou e liderou a Ação Integralista Brasileira (AIB), uma organização política nacional, inspirada no fascismo italiano.

Em maio de 1937, a AIB lançou Plínio Salgado como candidato à presidência com eleições previstas para o ano seguinte, algo que não ocorreu devido ao golpe do Estado Novo. Em seus escritos, especialmente nos artigos de jornais, é possível notar as transformações do seu pensamento com relação à Revolução de 1930: do colaboracionismo e do reconhecimento dos aspectos positivos do “novo Estado” à crítica ao governo provisório por ele permitir vislumbrar a restauração democrático-liberal. Em outubro de 1937, em nota intitulada “De pé pelo Brasil”, Plínio Salgado manifestou suas percepções sobre 1930 e a situação política brasileira:

Dos recessos da alma brasileira deve partir, neste momento, um grito de maldição para todos aqueles que tendo estado com as responsabilidades do Poder durante tanto tempo não fizeram senão cavar os negros abismos diante dos quais a Nacionalidade se encontra (...) Vencido e vencedores da Revolução de 1930, não viram que o **delírio estadualista, o exclusivismo hegemônico**, as lutas estereis, o cartelamento da opinião pública das capitais, cabala eleitoral, as discussões de horas a fio nos parlamentos sobre casos políticos, a licenciosidade da imprensa, tudo isso era a ruína, a morte do Brasil? Essa geração que ainda hoje oferece aos olhos, dos moços o espetáculo degradante das transições políticas; **essa geração de alucinados, de delirantes, de traidores, de opressores, de incultos** - ai está oferecendo-nos a única coisa que nos podia oferecer: o panorama de um país de caudilhos regionais, de governos fracos, de grupos antagonicos, de frentes únicas precárias, porque se fundam em interesse de posição e de cargos; de um exército roído de desidias, sem uma consciência cristalizada de sua superior missão; essa é toda a **herança que os moços de hoje recebem do liberalismo em delírio**, do individualismo hipertrofiado, do democratismo, das plutocracias e dos felizardos de toda a situação (SALGADO, 1937, grifo do autor).



O trecho destacado revela como para alguns personagens a situação de desordem do país continuava. A despeito do que foi mencionado, Plínio Salgado apoiou o golpe de novembro de 1937, que instaurou a ditadura de Vargas. No jornal *A Razão*, o “novo momento da República brasileira” é louvado, sendo Salgado identificado como o “grande inspirador” de tal regime político. Além disso, é possível notar um esforço do periódico e de Plínio Salgado em associar os ideais do Estado Novo com os dos integralistas, ação promovida até meados de 1938.⁷

Outra forma para observarmos elogios e críticas dos contemporâneos à Revolução de 1930 é acompanhar o funcionamento do Legislativo no curto período de normalidade democrática, entre julho de 1934 – quando é criada a Constituição – até dezembro de 1935 – quando é reformada a Carta e instaurado o Estado de Sítio.⁸ Essa “janela democrática” mostra um raro momento dentro dos 15 anos de governo Vargas em que se falou livremente, sem censura ou cerceamento de opinião, sobre os eventos de 1930.

Havia falas que apoiavam 1930 como um momento de importantes mudanças, dando destaque a Vargas, entre as quais é possível citar a do deputado anticomunista Adalberto Correia (Partido Republicano Liberal/RS). Nela, tal político vincula a Revolução à boa gestão da coisa pública:

Não. Não é verdade que a Revolução tenha falhado. Se encararmos esses resultados essenciais, confrontados com o único programa revolucionário que tinha o assentimento inequívoco da nação, é força reconhecer que ela atendeu inequivocamente aos seus propósitos. (...) Na falta de um programa nacional conhecido e aceito, e não podendo surpreender o país com qualquer plano personalíssimo, ao ditador só cabia administrar com zelo e probidade a coisa pública até que a nação pudesse tomar em mãos seu próprio destino. (...) Peço vênha para dizer que não há prêmio que pague ao senhor Getúlio Vargas pelo milagre de prudência, flexibilidade, moderação e paciência que lhe permitiu sustentar o poder civil no torvelinho da ditadura e transmití-lo à nação organizada constitucionalmente. Este tema, senhores, poderia ser desenvolvido ao infinito; prefiro tudo resumir dizendo que este homem operou o prodígio de pôr o seu amor-próprio abaixo do seu amor pelo Brasil (27^a SESSÃO..., 1935, p. 744).

É interessante notar que, assim como Pedro Ernesto, Correia fez menção



à “falta de um programa nacional conhecido e aceito”. Além desses elogios à Revolução, também é possível identificar críticas, como a do deputado federal baiano J. J. Seabra (Partido Republicano Democrata/BA) que avaliou os resultados do movimento de 1930, do qual participou, resumindo o cerne do pensamento dos deputados opositores em 1935:

Pois bem, venho da Revolução, - mas, oh, meu Deus! - Que crime cometi para ver as ruínas da minha pátria? A Revolução falhou completamente nos altos propósitos. A Revolução passou a assalto ao poder, e não é demais que o diga (32ª SESSÃO..., 1935, p. 144).

Os resultados considerados negativos da Revolução, bem como seus desdobramentos, também foram mencionados por Costa Rego, editor do *Correio da Manhã*, o qual criticou a perseguição a adversários políticos, que acabou, para ele, desvirtuando o movimento de 1930:

As insurreições (sobretudo quando se atribuem o título de revoluções) têm esta singularidade: fazem-se em nome de certas ideias, mas, desde que se tornam vitoriosas, só se preocupam com os homens (...). A insurreição brasileira de 1930 não escaparia, nem escapou, à regra. Antes de ser uma conjura, ela tentou, com o esforço de alguns adeptos inteligentes, apresentar-se ao público sob o aspecto rumoroso, conquanto artificial, de uma reforma. Mas, tão logo usurpou o governo, logo deixou as galas dessa ostentação para ocupar-se unicamente dos homens (AS IDEIAS..., 1934, p. 2).

Em outro momento, novamente Pedro da Costa Rego, em sua coluna diária, teceu crítica aos cinco anos do governo Vargas. Com o título de “Abaixo a Revolução”, escreveu palavras duras contra o acontecimento histórico que colocara o político gaúcho no poder:

A Revolução não é mais uma esperança nem um símbolo, é um pesadelo e uma ignomínia. (...) Os que a fizeram alegarão que se enganaram. Em tese, a Revolução não era tão má como se tornou. O Sr. Getúlio Vargas, — sim — é que a deitou a perder. Este argumento é artificioso. A Revolução foi sempre má, em suas origens, em seus objetivos, em suas consequências. Foi sempre



má em suas origens, porque nasceu da frustração da candidatura do Sr. Getúlio Vargas à presidência da República em 1929. (...) E assim temos que a Revolução foi má também em seus objetivos, procurando instalar no poder, e obtendo que nele pela força se instalasse um candidato repellido. (...) Já não é um fim de regime, é um fim de tudo... É, sem duvida, a obra negativa de um homem; é, todavia, igualmente, o desastroso resultado de um processo. O homem é o Sr. Getúlio Vargas; o processo é a Revolução. Não devemos condenar o primeiro sem amaldiçoar a segunda (REGO, 1935, p. 2).

Esse conjunto de citações de membros do Legislativo e do *Correio da Manhã*, todas de períodos que antecedem o Estado Novo, mostra o quanto 1930 foi criticado. Do mesmo modo, revela que alguns de seus participantes defenderam o movimento mais pela questão moral e de princípios econômicos e sociais – maior preocupação social, melhor gestão dos gastos públicos, atuação equilibrada do presidente com distintas forças políticas – do que pela defesa de um plano de ação revolucionário pré-determinado. Contudo, parte dos revolucionários aderiu ao autoritarismo, apoiou o corporativismo e foi a favor do governo ditatorial. Portanto, a visão de 1930 como marco de uma mudança estrutural na sociedade brasileira só foi construída de fato a partir de 1937, quando as transformações almejadas, em especial por esta última parcela dos apoiadores, foram colocadas em prática. A partir dessa época, essas ações não precisavam sofrer anteparos, questionamentos ou concorrer com projetos alternativos não só da oposição, mas também dos que foram atores em 1930 e não coadunavam com a via ditatorial.

Além de jornalistas e de funcionários do Legislativo, outros personagens contemporâneos críticos ao movimento teceram seus comentários sobre a Revolução de 1930 e suas consequências para a história do Brasil. Entre eles, Luís Carlos Prestes, grande líder comunista e um dos principais opositores de Vargas nas décadas de 1930 e 1940.⁹ Diferentemente de outras figuras mencionadas neste artigo, as quais avaliaram, ainda durante a permanência de Vargas no poder, o movimento que o levou à presidência, Luís Carlos Prestes, já bem distanciado no tempo, fez, no final da década de 1980, um exercício de memória a respeito daquele processo. Na interpretação dele, tal evento histórico deve ser chamado de “movimento de 1930”, por, do ponto de vista científico, do marxismo-leninismo, não se caracterizar como uma revolução. Essa se daria



unicamente com uma mudança de classes sociais no poder, como aconteceu na Rússia em 1917, quando oprimidos e explorados conquistaram o poder político, ao afastar a burguesia dele. Lembra que muitos amigos e companheiros da Coluna Miguel Costa-Prestes apoiaram Vargas. Contudo, ele não o fez por não ter visto em Getúlio a capacidade de conduzir uma mudança estrutural. Na sua análise, o que ocorreu em 1930 foi uma simples troca de oligarquias, a paulista dando lugar à gaúcha (PRESTES, 1991).

A historiografia e a Revolução de 1930

Na vasta produção sobre a Revolução de 1930, além dos personagens contemporâneos aos fatos, que escreveram sobre suas experiências, é possível identificar, ainda, autores que também vivenciaram os acontecimentos e que utilizaram o conhecimento histórico para a concepção de diferentes visões teórico-metodológicas na interpretação do período. A análise dessa historiografia seguirá um critério temático-interpretativo, mas também cronológico a fim de facilitar a compreensão do leitor.

O primeiro selecionado foi Paulo Prado, filho de cafeicultores paulistas, que tem uma visão bem própria de seu grupo social a respeito de 1930 por estar inserido em uma geração anterior, ter vivido parte do período imperial e a chegada ao poder da elite econômica cafeeira durante as primeiras décadas da República. Em *Retrato do Brasil*, Prado (1997) descreve e critica um país com sérios problemas herdados do período colonial, como a corrupção das elites e o comportamento inerte dos demais grupos sociais. Apesar de pregar mudanças urgentes para o Brasil, Prado se decepciona com os eventos de 1930, identificando-os como uma simples luta pelo poder que nada agregaria de positivo às reais necessidades de desenvolvimento do país.¹⁰ Ele também percebia continuidades, ao mostrar que muitos dos que chegaram ao poder a partir de 1930 já haviam ocupado cargos e participado dos governos anteriores. O próprio Getúlio Vargas tinha sido ministro da Fazenda do governo Washington Luís e partidário de Borges de Medeiros durante as décadas de preponderância política do líder gaúcho no Rio Grande do Sul.

Já Victor Nunes Leal (1975) – jurista que se tornou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ministro do Supremo Tribunal Federal –, na destacada obra *Coronelismo, enxada e voto*, vê os anos 1930 de forma positiva, como sendo o momento decisivo para a decadência coronelista decorrente da industrialização, do aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral, da urbanização e



da inauguração de uma real competição pluripartidária.¹¹ Publicado em 1948, portanto ainda em plena vigência do varguismo, o livro expressa a visão otimista do autor, que estava com apenas dezesseis anos no momento da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Leal (1975) afirma que, embora existissem instituições democráticas na Primeira República, as eleições não eram confiáveis devido à influência e mesmo interferência dos chamados “coronéis” no processo eleitoral. A visão de 1930 como um momento de ruptura é cristalizada pelo autor, embora ele não analise profundamente, ao longo de seu texto, os eventos revolucionários em si.

Por sua vez, Raymundo Faoro (1984) – membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) –, numa perspectiva diferente de Leal (1975), enxerga a Revolução de 1930 como uma revolução “antes que o povo a fizesse”. A urbanização teria sido um dos fatores do enfraquecimento do coronelismo, mas a nação teria continuado a ser governada por um grupo fechado, dessa vez sob a égide autoritária. Haveria, no Brasil, uma compatibilidade entre o capitalismo moderno e o quadro tradicional, com o Estado se mantendo independente da nação – separação entre sociedade civil e sociedade política. Faoro (1984) publica *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* em 1958, dando destaque também às origens do Estado patrimonial brasileiro, que seria sistemicamente corrupto e burocrata desde o período colonial. A obra, desenvolvida grande parte pela vivência que o autor teve durante os governos Vargas e Dutra, debate o desenvolvimento do capitalismo nacional no momento em que o desenvolvimentismo estava em voga, em especial com o projeto capitaneado pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Outro pensador a refletir a respeito dos reflexos da Revolução de 1930 foi o destacado intelectual José Honório Rodrigues. Professor em diversas universidades, imortal da ABL e diretor do Arquivo Nacional, ele lançou, em 1965, o importante livro *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Assim como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e outras obras dos anos 1930, 1940 e 1950, *Conciliação* pautou-se na análise do passado nacional, retrocedendo até o período colonial, de modo a sintetizar a origem dos principais problemas brasileiros. O fato de ter sido redigido durante o período liberal-democrático de 1945-1964 e lançado logo após o início da ditadura diz muito sobre as preocupações do autor: o Brasil precisava de reformas, mas a conciliação entre grupos conservadores as impedia. Rodrigues (1965, p. 87) vê a elite da Primeira República como um “círculo de ferro” que fazia a “política



das classes conservadoras para as classes conservadoras”.

A Aliança Liberal, assim, propunha “pequenas transformações superficiais” e tinha a conciliação como “objetivo fundamental” (RODRIGUES, 1965, p. 90). Inicialmente, “não visava atender, senão em parte mínima, às reivindicações populares”, apenas implementando pequenas reformas que possibilitassem o acesso da oposição ao poder e oferecessem ganhos à maioria da população, somente para “evitar e ou retardar” uma revolução de cunho popular.

Porém, Getúlio Vargas, pela sua “capacidade conciliatória” entre distintos grupos da elite e, em especial, por conseguir a “incorporação do proletariado à sociedade” (RODRIGUES, 1965, p. 89), obteve avanços inicialmente não previstos pela plataforma eleitoral da Aliança Liberal. Começou assim, para Rodrigues (1965, p. 89), a chamada “Revolução Brasileira”, com o aumento da industrialização, a consequente diminuição da dependência em relação às potências estrangeiras e a concessão de direitos sociais aos mais necessitados, diminuindo a barreira até então existente entre governo e trabalhadores.

Além dessas obras, também vale citar as contribuições dos marxistas que tiveram uma influência ampla e diversificada na historiografia na década de 1970, em geral, e sobre 1930, em particular. Para Caio Prado Júnior (1973), 1930 demarca o início da ruptura com o Brasil que privilegiava a produção em prol de um país que daria mais atenção ao consumo interno. Segundo ele, “não era mais possível manter-se a economia brasileira e alimentar a vida do país dentro de seu antigo sistema produtivo tradicional” (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 288). O progresso industrial alimentará o mercado interno tornando “acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos antes fora de seu alcance ou mesmo inexistentes”. Seria “depois de 1930 que todo esse processo de transformação se acentua” (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 291). Porém, ele conclui que, em plena década de 1970, o país ainda se encontrava dividido entre fatores renovadores que apontavam para uma reestruturação da economia e certa reminiscência do velho sistema tradicional.

Já para Nelson Werneck Sodré (1979), economicamente, a Revolução de 1930 refletiu a derrocada de um modelo agrário-exportador dentro do contexto de inserção subordinada do Brasil frente ao imperialismo internacional. Politicamente, a entrada de Vargas no poder era o resultado da união dos anseios tenentistas às necessidades de uma elite reformista. Para os tenentes, 1930 representaria uma busca por representatividade e moralização eleitoral; já a elite reformista almejava um modelo econômico que não se mantivesse unicamente atrelado ao café e que permitisse uma pluralidade na produção



agrária, além do investimento na indústria para consumo interno, abrindo novas possibilidades de ganhos ao empresariado nacional. Seguindo essa lógica, o Estado Novo, em 1937, seria a coroação desse projeto de “Revolução burguesa sem o proletariado” (SODRÉ, 1979, p. 329), trabalhadores estes que não tiveram qualquer participação nem em 1930 nem em 1937, limitando-se a assistir aos acontecimentos e serem excluídos de quaisquer esferas decisórias. Afinal, o medo de uma revolução socialista e de uma revolução vinda de baixo era comum aos diferentes grupos que compuseram o novo governo em 1930.

Segundo Sodré (1979, p. 331-332), entre 1930 e 1954, Getúlio Vargas buscava uma “solução de compromisso” cheia de contradições que com o tempo levaram o governo ao isolamento: Getúlio Vargas não se apoiou profundamente em bases populares para não chegar ao ponto de desagradar o imperialismo externo; e ao mesmo tempo não se aliou com o imperialismo e as “forças internas que vivem da aliança com ele”. Essa tentativa de solução conciliatória para questões econômicas e políticas nacionais terminou em 1954. Seu suicídio “representou o fim de uma época – e de uma política”.

Ainda no que tange às transformações econômicas pós-1930 e suas relações com o governo que se autointitulou revolucionário, é imprescindível citar obras mais atuais que criticam a atribuição unicamente ao governo Vargas da política econômica que quebra com o paradigma da agroexportação. Para Winston Fritsch (2014, p. 77), “é nas profundas mudanças nas regras do jogo ocorridas nas relações econômicas internacionais durante a Grande Depressão, e não na recomposição da base política do Estado que se seguiu à revolução de 1930, que devem buscar-se as explicações da racionalidade e da viabilidade das políticas econômicas e reformas estruturais ocorridas após o colapso da Primeira República”. Ou seja, o cenário dos anos 1920 e a consequente quebra da Bolsa de Nova Iorque criaram uma conjuntura econômica propícia ao “fechamento” econômico e maior atenção ao mercado interno, à ampliação dos gêneros da produção primária e incentivo à indústria nacional. Marcelo de Paiva Abreu (2014), em outro capítulo do mesmo livro em que escreve Fritsch, corrobora ao afirmar que “mesmo no auge de um período em que o crescimento da economia dependia preponderantemente de fatores internos, as restrições externas são os principais determinantes das linhas principais da política econômica”, sendo impossível estudar a economia brasileira naquele período sem inseri-la no contexto da economia mundial.

Outros autores também lançaram obras importantes sobre a Revolução de 1930 na década de 1970. Boris Fausto (1997), advogado e historiador brasileiro,



publicou sua tese de doutorado sobre tal movimento político-militar, em que buscou discutir as visões existentes sobre a Revolução a partir de relatos da época e de interpretações a respeito do acontecimento. Nesse momento, as explicações eram muito marcadas por duas amplas correntes: a corrente difundida por Virgínio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, a qual defendia que a Revolução tinha sido um movimento de classes médias impulsionado pela disputa entre setores médios e grandes fazendeiros; e a corrente defendida por Wanderley Guilherme dos Santos e Ruy Mauro, a qual considerava que a Revolução de 1930 decorria de uma cisão na burguesia nacional, tendo permitido a ascensão da burguesia industrial ao aparelho do Estado.

Para Boris Fausto (1997), a Revolução de 1930 é mais um episódio de acomodação da história brasileira, resultado do conflito intraclasses com uma configuração regional. Assim, ela representava o fim da hegemonia da burguesia cafeeira e o início de grandes mudanças na ação do Estado, mas não uma “revolução burguesa” ou “revolução das classes médias”. Os anos posteriores a 1930 são caracterizados pelo “Estado de compromisso”, interpretação inicialmente fornecida por Francisco Weffort, entre as distintas facções. O Estado que emergiu era autoritário, centralizador e intervencionista.

Por sua vez, o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos (1987), em seu livro *Cidadania e justiça*, publicado em 1979, compreende a Revolução de 1930 enquanto um movimento histórico viabilizador da constituição de uma modernização conservadora. Com ele, o Estado brasileiro passa a interferir diretamente na esfera da produção e na questão social. O conjunto de transformações profundas pelas quais o país passou a partir da chegada de Vargas ao poder inaugurou, na concepção desse autor, uma nova ordem na política brasileira chamada por ele de cidadania regulada, compreendida da seguinte maneira:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1987, p. 68).



Para Wanderley Guilherme dos Santos (1987), esse conceito-chave permite entender a política econômico-social pós-30. Sendo assim, o que ele chamou de cidadania regulada é a forma como se dava o acesso aos direitos sociais durante parte do governo Vargas. As vantagens criadas para os trabalhadores, no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), eram concedidas apenas àqueles cujas profissões fossem reconhecidas formalmente pelo governo e, conseqüentemente, subordinadas ao Estado, na forma de sindicalização e de carteira assinada. Dependendo do lugar que o cidadão ocupava no processo produtivo e no mundo do trabalho, ele poderia ter mais, menos ou mesmo nenhum direito, de modo que quem possuía uma melhor remuneração tinha mais benefícios. Dessa forma, por intermédio da cidadania regulada consagrou-se a desigualdade no acesso às políticas sociais.

Na década de 1980, ocorreram alguns encontros, debates e publicações que refletiram sobre o cinquentenário da Revolução.¹² O professor José Nilo Tavares publica, em 1982, seu *Conciliação e Radicalização política no Brasil*, no qual posiciona a Revolução de 1930 como um momento da emergência de Getúlio Vargas dentro do contexto de “transformação na estrutura da sociedade brasileira, decorrente de fatores internos e externos” (TAVARES, 1982, p. 16). O novo mandatário seria o conciliador de interesses divergentes entre grupos decadentes e emergentes, estabelecendo um “estado de compromisso entre as várias facções das classes dominantes” (TAVARES, 1982, p. 17), além de se destacar em relação a outros líderes políticos pela sua “flexibilidade tática” e pela “incapacidade revelada por seus adversários conservadores, no sentido de aliar-se ou, pelo menos, neutralizar o operariado”, uma vez que o presidente havia conseguido uma nova relação com os trabalhadores e tinha “quebrado a força das organizações socialistas” em 1935.

Para a professora Elisa Maria Reis (1998), a expansão do poder público se deu de forma crescente desde a Primeira República, mesmo que ainda dentro de um contexto oligárquico. Segundo ela, “a elite agrária nacional passa de uma defesa ardente do *laissez-faire* a uma adesão aberta à regulação do mercado pelo Estado” (REIS, 1998, p. 77), com o fim de obter vantagens disso; porém, contraditoriamente, o poder do Estado acaba ganhando mais espaço frente ao poder local. Dessa forma, a chamada Revolução de 1930 marcaria o momento chave da consagração do poder público frente aos particularismos regionais. Porém, isso não significou uma democratização do Estado e sim que este “passava a atuar como avalista da coalizão de poder que acomodava as elites agrárias tradicionais e o setor industrial emergente” (REIS, 1998, p. 82). A autora



publica seu artigo sobre a temática inicialmente nos anos 1980 (REIS, 1988), fazendo parte da geração de pesquisadores daquela década que se debruçou a respeito dos anos 1930 tentando compreendê-los com mais distanciamento quando comparado ao adotado por obras anteriores, grande parte publicadas antes da Ditadura Militar, de autores que tinham sido, de alguma forma, contemporâneos aos acontecimentos do regime de Getúlio Vargas.

Outra contribuição relevante para a compreensão dos acontecimentos de 1930 vem da afirmação do historiador Edgard de Decca de que é necessário “desmontar os mecanismos pelos quais os discursos políticos produziram este fato histórico visando sua própria legitimação” (DECCA, 1981, p. 16). Ele afirma que essa memória histórica – a qual lembra 1930 como um ano revolucionário – foi produzida pelo discurso governamental ao longo dos anos trinta e diz ser necessário elaborar um contradiscurso que assuma a ótica e a dimensão simbólica de outros grupos sociais a respeito desse momento histórico. Nesse sentido, sua obra *O silêncio dos vencidos*, publicada pela primeira vez em 1981, traz essa fundamental contribuição, óbvia, porém muitas vezes esquecida: cabe ao historiador desmistificar discursos oficiais utilizando as mais diversas fontes, de modo a elaborar uma síntese mais completa e complexa sobre os fatos históricos que investiga.

Nelson Jahr Garcia (1982), especializado em comunicação e propaganda ideológica, também marcou a historiografia sobre o período. Seu livro mais famoso, *Estado Novo: ideologia e propaganda política*, publicado em 1982, foi pioneiro para a compreensão tanto da propaganda feita pelos órgãos oficiais, como DNP e DIP, quanto da construção da figura de Vargas como mito político. No momento em que o trabalho foi publicado, a interpretação predominante baseava-se na concepção de populismo, a qual atribuía ao governo Vargas, especialmente à ditadura do Estado Novo, um controle absoluto sobre a sociedade, sendo os departamentos de propaganda e censura parte dos aparelhos ideológicos de Estado criados para garantir tal dominação e sujeição das “classes subalternas”. O autor, antes de focar no Estado Novo, apresenta, no início do livro, a sua interpretação sobre a Revolução de 1930.

Para ele, o movimento deve ser compreendido como resultado de um processo de transformação social e política da sociedade brasileira no período. Internamente, surgiram novas forças sociais que, em busca de espaço, passaram a contestar o sistema vigente, estruturado em função dos interesses das oligarquias agrárias. É o caso de uma pequena burguesia industrial, somada ao crescimento das classes médias e operária. Externamente, a crise de 1929



afetou significativamente a economia exportadora. Com isso, o protagonismo de segmentos não vinculados à exportação cresceu e o seu antagonismo em relação à fração hegemônica também.

A Revolução de 1930, ao contar com o apoio de grande parte das oligarquias (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), das classes médias urbanas civis e militares e do proletariado, permitiu estabelecer um relativo equilíbrio de forças através de um Estado de compromisso. Após esse movimento revoltoso, o direcionamento do Brasil deixou de estar sob o controle único de qualquer setor, passando a ser exercido pelo Estado, que se fortaleceu, já que as classes médias e operária, ao não terem desenvolvido plenamente uma consciência de interesses específicos, não estavam em condição de impor alternativas diversas (GARCIA, 1982).

Para a historiadora Angela de Castro Gomes, que foi coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC/FGV) e tem importantes reflexões acerca das temáticas políticas, sociais e trabalhistas dos anos 1930 no Brasil,¹⁵ as análises sobre a Revolução de 1930 devem considerar os conflitos no interior das elites regionais. Em seu livro *A Invenção do Trabalhismo* (GOMES, 1988), procurou compreender como a classe trabalhadora havia se constituído em ator central na cena política brasileira na década de 1930.

Nesse livro e em outras publicações mais recentes, ela propõe que certas terminologias, como República “Velha”, e a periodização que toma como bloco coeso o período de 1930 a 1945 sejam repensadas porque trata-se de uma interpretação elaborada no pós-1930 e que tem uma intenção oficial de associar 1930 a 1937 (GOMES, 2014). Essa interpretação oficial, ao mesmo tempo, inventa e enterra a República “Velha” ou “Velha República”, além de considerar os anos que precederam o Estado Novo como uma antecâmara da sua presença inevitável. Em suas palavras:

Criticar esse tipo de periodização/interpretação pressupõe compreender, por um lado, o processo de sua própria construção e propagação desde os anos 1930/40, especialmente durante o Estado Novo; e, por outro lado, demonstrar a existência de linhas de continuidade e descontinuidade durante todo esse período. Não perdendo de vista a dimensão da violência das lutas e conflitos existentes, nem as possibilidades de arranjos e articulações experimentados. Com tal entendimento, a tônica fundamental do período que decorre de 1930 a 1945 é a de uma complexa disputa política, sobretudo com embates intraelites, o que se manifesta ora de formas mais explícitas e violentas, ora mais sutis e



negociadas. Em ambos os casos, contudo, havia doses de incerteza nada desprezíveis, particularmente quando o analista privilegia a perspectiva cognitiva dos diversos atores envolvidos nos acontecimentos (GOMES, 2014, p. 14).

No tocante à classe trabalhadora, Angela de Castro Gomes considera que a formação dela e sua emergência como ator político é fruto de um processo histórico dinâmico, constituído por uma lógica material (leis trabalhistas e políticas sociais) e simbólica. Sob essa perspectiva e da imprevisibilidade,¹⁴ de continuidades e descontinuidades, esclarece que a Revolução de 1930 não pode ser compreendida como um marco da origem da legislação social no Brasil. Contudo, a partir dela houve uma definição no sentido e na efetivação dessa legislação. O crescente poder e intervenção do Estado na sociedade e, mais especificamente o encaminhamento da questão social e da evolução legislativa trabalhista nos anos 1930, deve ser compreendido considerando os debates políticos, as iniciativas na área da legislação social que indicavam um rompimento com a orientação liberal e as pressões sociais por parte do movimento operário na Primeira República.¹⁵

O historiador Orlando de Barros (2001, p. 340), líder do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ), também pondera sobre a classe trabalhadora considerando que o projeto que nasce em 1930 e se consolida em 1937 busca nos trabalhadores urbanos a legitimidade que carecia, reconstituindo a ordem burguesa e atualizando face à conjuntura externa; enquanto, no plano interno, projeta a cooperação de classes em contraposição à luta de classes marxista.

Para Barros (2001, p. 341), o governo Vargas, ao assumir o poder, manteve “à margem da política a oligarquia rural, sem alterar as relações de trabalho no campo”, “controlando a burguesia” e sujeitando as lideranças sindicais. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem no início do governo, ergue-se sob bases bem definidas pelo seu primeiro ocupante, o ministro Lindolfo Collor. Por meio de figuras que tinham boas relações com os trabalhadores e que não eram consideradas radicais, como Agripino Nazareth, Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, buscou-se estreitar a relação com os trabalhadores e traçar as bases de uma política de conciliação (BARROS, 2007, p. 297-330), um dos pontos centrais do projeto dos autointitulados revolucionários de 1930. Com isso, evitava-se uma eventual revolução comunista tal qual ocorrera na Rússia com uma nova estratégia, de negociação – mesmo que em um viés impositivo,



de cima pra baixo, já que a concessão da legislação ocorreu mediante o aceite pelo operariado do projeto varguista e reconhecimento apenas dos sindicatos a favor do governo –, que se revelaria eficaz para o controle do operariado, mais até do que o uso dos cassetetes.

A historiadora Maria Helena Capelato (2009) se debruçou sobre a propaganda política no varguismo e no peronismo, especialmente durante o Estado Novo brasileiro. Especificamente sobre a Revolução de 1930, assim como outros autores mencionados neste artigo, ela avalia que não é possível considerar os anos de 1930 a 1937 como um bloco homogêneo, pois foram marcados por indefinição e por inúmeros projetos e propostas colocados em pauta e mobilizados também pela sociedade. Para a historiadora, após a Revolução de 1930 abriu-se um leque de possibilidades que foram sugeridas por diversos setores da sociedade que propunham medidas diferentes para solucionar a crise que se abatera sobre o país.

Refletindo a respeito das revisões historiográficas no Brasil, a pesquisadora, assim como outros autores mencionados neste texto, critica terminologias do pós-1930, que foram atribuídas pelos vencedores da Revolução de 1930 e acabaram incorporadas pelos historiadores. Ainda de acordo com ela, que publicou o livro *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, após a instauração do Estado Novo, a memória da Velha República foi desqualificada, revista e apresentada de forma negativa nos compêndios escolares. Nesse contexto, a figura de Getúlio Vargas ganhou nova roupagem, sendo reelaborada pela máquina de propaganda política nos moldes de ditadores que atuaram em outros países na mesma época. Para Capelato (2009), foram atribuídos a Vargas os epítetos de “pai dos pobres” e “salvador da pátria”, mas também poderes excepcionais e sobrenaturais que lhe permitiram “(...) consolidar a ordem, a unidade material e espiritual” (CAPELATO, 2009, p. 31). Segundo a autora, os referidos epítetos atribuídos a Vargas nesse período deixaram marcas profundas na memória nacional.

Finalmente, Cláudia Viscardi (2012),¹⁶ em *O teatro das oligarquias*, faz um estudo sobre as bases da chamada “política do café com leite”. A avaliação sobre como funcionava a política na Primeira República traz importante contribuição para a compreensão de um dos fatores da ruptura que teria alimentado a Revolução de 1930: as discordâncias entre São Paulo e Minas Gerais sobre a política econômica cafeeira. Artur Bernardes teria tentado exercer um protecionismo sobre os produtores mineiros, enquanto Washington Luís privilegiou o *laissez-faire* que estava dando cada vez maior predominância



aos paulistas. Nesse contexto, 1930 teria sido alimentado pela posição de novas lideranças políticas que buscavam destronar a preponderância de São Paulo, com o apoio de setores tradicionais mineiros que almejavam maior influência sobre os rumos da economia nacional, uma vez que se viam desprestigiados pela indicação de Júlio Prestes à presidência, em detrimento do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada.

Considerações Finais

O movimento que alçou Vargas ao poder contou com o apoio de uma frente ampla e heterogênea. Se os tenentes foram o braço armado que impulsionou a vitória, o grupo que mobilizou e viabilizou politicamente o evento incluía liberais-democratas, militares e líderes de esquerda e de direita. Isso é visível, pois, uma vez tomado o poder, os autointitulados revolucionários se dividiram quase que imediatamente. Cabe lembrar o apoio de muitos deles à revolta liderada por São Paulo, já em 1932, e a fragmentação dos antigos aliados, nos anos seguintes, entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, por exemplo.

A heterogeneidade dos participantes de 1930 indica a dificuldade de obtenção de um consenso para os passos seguintes serem dados. Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro que se consolidou a partir de 1934 como uma centro-esquerda democrática, falou sobre a impossibilidade de se “construir um programa com bases ideológicas renovadas”. Corroborando tal visão, o deputado anticomunista Adalberto Correia destacou a “falta de um programa nacional conhecido e aceito”.

Porém, como visto nas próprias palavras dos participantes, embora 1930 tenha reunido um grupo amplo e diversificado, não é difícil traçar algumas características basilares do movimento: oposição ao governo Washington Luís, percepção da necessidade de mudanças na prática eleitoral, busca de uma nova estratégia na relação com os trabalhadores e alterações na Constituição então vigente ou mesmo a supressão dela. Cabe lembrar que a oposição à democracia liberal, em 1930, não era um consenso.

Este artigo demonstrou como as leituras sobre os significados de 1930 são muito divergentes. Algumas delas realçam a ideia de continuidade. Luís Carlos Prestes (1991), por exemplo, vê 1930 como uma simples substituição de oligarquias no poder. Embora em uma linha diferente, Raymundo Faoro (1984) também apontou a manutenção de um grupo fechado no poder. Visão



igualmente compartilhada por Paulo Prado (1997), o qual destacou que muitas figuras de 1930 já estavam em postos de comando na Primeira República, inclusive o próprio Vargas, ex-presidente do Rio Grande do Sul e ex-ministro de Washington Luís.

Há os que dão, em suas análises, mais valor às mudanças. Victor Nunes Leal (1975), por exemplo, destaca a urbanização e a industrialização como fatores que se incrementaram com a subida do grupo de Vargas ao poder. Já Boris Fausto (1997) salienta que o movimento representa o fim da predominância das oligarquias cafeeiras e o início de grandes modificações a partir da ação do Estado, que se fortalecia. Por sua vez, Elisa Maria Reis (1998) e José Nilo Tavares (1982) destacam as mudanças da conjuntura nacional, entre as quais a da estrutura da sociedade brasileira ao longo da Primeira República, como catalisadoras das transformações que desembocaram em 1930. Assim, o grupo que se alça ao poder é agente transformador, mas também resultado das alterações decorrentes da Primeira República, em especial da década de 1920.

Análises econômicas, desde as mais antigas – como de Nelson Werneck Sodré (1979) e Caio Prado Júnior (1973) – até as mais recentes – como de Winston Fritsch (2014) e Marcelo Abreu (2014) –, destacam as transformações econômicas como um fator importante de 1930, mas discordam do grau de protagonismo normalmente atribuído ao governo nesse processo. Eles dão mais valor às transformações na conjuntura internacional que, por conseguinte, influenciaram mudanças na economia brasileira a partir do *crash* da Bolsa de Nova Iorque.

Além de mudanças estruturais, é fundamental frisar a importância da ação individual para o desencadeamento dos fatos históricos. Claudia Viscardi (2012), por exemplo, detalha o rompimento entre São Paulo e Minas Gerais, em especial por discordâncias sobre a condução da política econômica cafeeira. Segundo essa interpretação, aspectos particulares nacionais e articulações políticas locais têm grande valor na explicação da crise que leva a 1930.

Logo, a partir da leitura dessas diversas análises, é possível chegar a algumas conclusões finais: 1) o movimento que levou Vargas ao poder é o resultado de múltiplos fatores, desde a mobilização dos trabalhadores e dos tenentes por mudanças – cada um desses grupos a seu modo e com visões distintas sobre quais seriam as transformações almejadas – até alterações na política e na economia mundial, passando por fatores particulares como o crescimento do pensamento autoritário no país e o conflito específico entre São Paulo e Minas Gerais sobre o café; 2) em uma visão legalista, 1930 pode ser considerado um golpe de



Estado, uma vez que retira um presidente eleito e evita a posse do vitorioso nas eleições; 3) porém, é igualmente perceptível que 1930 reflete a insatisfação de diversos grupos sociais e inaugura uma série de transformações nas esferas cultural, econômica e política que justifica sua leitura como “revolução”; 4) por outro lado, é fundamental destacar que quem chega ao poder em 1930, embora constem nomes mais jovens e novos em relação aos anteriores, ainda é um grupo social oligárquico e com ligações com a Primeira República; 5) por fim, cabe destacar que 1930 iniciou um processo de mudança na relação do Estado com os trabalhadores, porém de forma subordinada, absorvendo-os através da imposição de um projeto autoritário. Se, por um lado, é inegável o protagonismo do operariado na busca por seus anseios, é também impossível negar que a perseguição aos comunistas, a violência contra o movimento operário independente e a repressão a movimentos sociais, especialmente após as revoltas de novembro de 1935, impuseram derrotas fragorosas à capacidade de organização autônoma dos trabalhadores. Em um primeiro momento, o Estado usou a violência e, em um segundo, lançou mão de uma nova estratégia, do convencimento, em especial durante a ditadura, com o uso da propaganda e da censura.

Dessa forma, este texto apresentou ao leitor uma ampla visão sobre as diferentes perspectivas que existem a respeito dos significados do movimento de 1930, desde as de seus contemporâneos até as de pesquisadores de diferentes perfis e que escreveram em épocas distintas. O presente artigo pretendeu colaborar, assim, para a organização de um panorama geral das leituras acerca de tal fato histórico, contribuindo para o estudo desse importante marco da história do Brasil.

Referências

27ª SESSÃO legislativa da Câmara dos Deputados. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 744, 27 maio 1935.

32ª SESSÃO legislativa da Câmara dos Deputados. *Diário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 144, 10 jun. 1935.

ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso - dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ABREU, Alzira Alves de. “Apresentação”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord). *Revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de



Brasília, 1982. p. 5.

ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939.

AS IDEIAS e as pombas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 ago. 1934.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *Lindolfo Collor e a questão social e trabalhista no Brasil no imediato pós-30*. Tese (Doutorado em História e Sociedade) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

BARROS, Orlando de. “Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas do Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 297-330.

BORGES, Vavy Pacheco. “Anos trinta e política: história e historiografia”. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.

BORGES, Vavy Pacheco. “Anos trinta e política: conceitos, imagens e temas”. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 36, n. 2, p. 109-126, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CPDOC - FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Arquivo Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, [19--]. Fot. 894.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENTREVISTA concedida pelo ministro do trabalho, indústria e comércio Lindolfo Collor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, abr. 1931.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1984. v. 1.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FENELON, D. R. A Revolução de 1930: historiografia e pesquisa. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1/2, p. 15-30, 1981.



FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930”. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 45-78.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GOMES, Angela de Castro. “O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil”. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 9-37, 2014.

GOMES, Angela de Castro. “História e historiografia de A revolução de 1930”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008. p. 13-48.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. “Empresariado e legislação social na década de 30”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília, D. F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 271-298.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (org.). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2017.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

PRESTES, Anita Leocádia. Getúlio Vargas: depoimento de Luiz Carlos Prestes. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O Feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo. O autoritarismo com questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 82-100.

REGO, Pedro da Costa. Abaixo a Revolução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 maio 1935.



REIS, Elisa Maria Pereira. “O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro”. In: *Processos e Escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. p. 67-90.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 187-203, 1988.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SALGADO, Plínio. De pé pelo Brasil. *A razão*, [s. l.], p. 3., out. 1937.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 143-160, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Radicalização política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Notas

¹Professor efetivo de História da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e substituto do CEFET. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ/CNPq). E-mail: andrebfraga@yahoo.com.br.

²Professora substituta de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em História Social e mestra em Ciências da Integração da América Latina (área de concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais) pela Universidade de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ/CNPq). E-mail: mcoann@hotmail.com.

³Historiador concursado do Arquivo Nacional desde 2006, onde trabalha na Equipe de Pesquisa da instituição. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ/CNPq). E-mail: thiagocmourelle@gmail.com.

⁴Embora haja divergência na historiografia sobre ser ou não uma revolução, conforme se mencionará ao longo do artigo, optou-se por utilizar aqui “Revolução de 1930”, um



termo já consagrado.

⁵Embora tivesse apoiado o empastelamento do *Diário Carioca* em 1932, Pedro Ernesto revelou cada vez mais que não era um adepto do autoritarismo, o que levou, inclusive, ao seu rompimento com Vargas e à prisão, em 1936, sob a infundada acusação de participação na Intentona Comunista (MOURELLE, 2019).

⁶“Esta insurreição vitoriosa dos brasileiros, de norte a sul, de leste a oeste, é o mais belo e fecundo pronunciamento popular e democrático da nossa história. Ela sobrepuja a própria República pela extensão, pelas finalidades, pela coesão geral do povo, pela ação das classes armadas, pela participação de todas as camadas sociais, pela mobilização de todas as forças vivas do país. O movimento de 15 de Novembro deu-nos a República. O de 3 de Outubro dar-nos-á a própria pátria, refundida, moralizada, nacionalizada. Hoje já não há norte nem sul, estados amigos e estados inimigos, grandes ou pequenos, senhores e escravos, mas um povo de irmãos que se revelaram iguais no ideal, na fé, na bravura, no amor da pátria (...) O Rio Grande do Sul, com o seu exército de cem mil homens, uns já dentro de São Paulo, outros em marcha para a fronteira, sob o comando do presidente eleito da República, perfila-se em continência e apresenta armas à bandeira do Brasil novo que ressurgir de seu passado heroico para um futuro maior, mais digno e mais feliz. O Rio Grande do Sul, de pé, pelo Brasil” (ARANHA *apud* LIMA, ALMEIDA e FARIAS, 2017, p. 762).

⁷Apesar do apoio de Salgado e dos integralistas, em dezembro de 1937 Vargas dissolveu a AIB junto com os outros partidos e movimentos políticos. Em virtude de insatisfações políticas, em maio de 1938 alguns dirigentes integralistas promoveram um levante no Rio de Janeiro para depor o governo, mas foram derrotados. Após o ocorrido, Plínio Salgado exilou-se em Portugal, retornando ao Brasil apenas em 1945, no contexto da redemocratização.

⁸Em razão das revoltas comunistas de novembro, o *Diário da Noite*, na edição do dia 28 de novembro de 1935, trazia a declaração de Vargas de que “a violência sanguinária constitui a antítese da alma e do sentimento brasileiro”. Estampava igualmente uma enorme manchete, afirmando que “a Revolução de 1930 conferiu ao trabalhador direitos que ele nunca os teve”. A declaração ocorreu no contexto da eclosão das revoltas comunistas e tinha o objetivo de tentar mostrar que as conquistas sociais obtidas a partir de 1930 eram uma demonstração de que o movimento deflagrado naquele ano havia inaugurado um momento de maior atenção do Estado à chamada Questão Social.

⁹Foi uma figura de destaque no período, participou das Revoltas tenentistas da década de 1920, as quais se colocaram contra as oligarquias que comandavam a Primeira República, formando uma Coluna que ganhou seu nome, pela qual foi chamado de o “Cavaleiro da Esperança”. Em novembro de 1935, já com Getúlio no poder, encabeçou, juntamente com sua mulher, a alemã Olga Benário, a chamada Intentona Comunista, movimento armado de militares, deflagrado por intermédio da sublevação de quartéis em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro com o objetivo de depor o presidente e implantar no Brasil um regime socialista. A iniciativa acabou fracassando, ao ser sufocada pelas forças legalistas. Inclusive, após serem presos, em 1936, Olga foi deportada para a Alemanha nazista.

¹⁰O enfraquecimento do grupo social do autor, os cafeicultores paulistas, sem dúvidas influenciou tal opinião.



¹¹Esta apenas mais tarde, a partir de 1945.

¹²A Universidade de Brasília e a Fundação Getúlio Vargas promoveram um Seminário Internacional a fim de “avaliar a importância, o significado e as implicações do movimento revolucionário de 1930 no processo de modernização da sociedade brasileira, bem como identificar suas repercussões nos diferentes segmentos sociais e nas estruturas de poder” (ABREU, 1982, p. 5).

¹³Gomes (2008) é uma das historiadoras que realiza uma crítica aos estudos, formulados entre as décadas de 1950 e 1970 por autores como Francisco Weffort, que identificaram o período do governo Vargas como populista. A partir da década de 1980, essas pesquisas começaram a ser questionadas por historiadores, que realizaram estudos sobre a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político, bem como suas condições de vida, formas de organização e aspirações políticas, repensando os vínculos políticos forjados entre os trabalhadores e o governante.

¹⁴A historiadora também pondera sobre a intensidade e a riqueza do debate intelectual ao longo das décadas de 1920 e 1940 que possibilitam que o pesquisador observe o múltiplo leque de possibilidades e de projetos que vigoraram no campo político e intelectual, que propuseram diagnósticos e soluções baseadas em distintas alternativas políticas durante o período.

¹⁵Para Gomes (1982), os quatro primeiros anos da década de 1930, marcados por uma série de manifestações, protestos e greves, reforçam as históricas reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Além disso, eles denunciam a repressiva orientação sindical que vinha sendo proposta pelo Governo Provisório.

¹⁶Embora não tenha tido por objetivo fazer um minucioso estudo sobre 1930, Viscardi (2012) traz importante contribuição ao mostrar detalhes desse desacordo político que certamente foi um dos pontos determinantes para eclosão do movimento que impediu a posse de Prestes.